

Artigo original



## Um novo olhar sobre família: análise dos discursos de jovens LGBT+ sobre família

## Una nueva mirada sobre la familia: análisis de los discursos de jóvenes LGBT+ sobre la familia

## A new look at family: analysis of LGBT+ youth's discourses about family

Gabriel da Silva Montes<sup>1</sup> Margarida Maria Florêncio Dantas<sup>2</sup> <sup>1</sup>Contato para correspondência. Universidade Federal de Roraima (Boa Vista). Roraima, Brasil. silvamontessgabriel@gmail.com<sup>2</sup>Universidade Federal de Roraima (Boa Vista). Roraima, Brasil. margarida.dantas@ufr.br

**RESUMO | INTRODUÇÃO:** Neste trabalho, analisou-se o discurso de jovens LGBT+, partindo da investigação de seus processos de significação e considerando a problemática familiar de minorias sexuais e de gênero, no contexto das recentes transformações sociais e políticas que marcam uma abertura às possibilidades de famílias que se opõem às concepções tradicionais. **OBJETIVO:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar como os discursos de jovens LGBT+ sobre a família se constituem no cenário em que a prevalência do modelo hegemônico heteronormativo é contraposta pela emergência de novas formações familiares. **METODOLOGIA:** Este estudo assume como suporte teórico uma perspectiva qualitativa e genealógica, no sentido de buscar entender historicamente como instituições e práticas discursivas constituem o conceito de família. Utiliza-se a Análise do Discurso a partir da perspectiva de Foucault, que estuda os discursos como uma prática articulada, relacionada a estruturas sociais e históricas. Como procedimento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, aplicada a seis participantes, jovens entre 18 e 24 anos, membros da comunidade LGBT+. **RESULTADOS:** Os resultados apresentam um embate entre os discursos tradicionais e heteronormativos sobre família, evidenciado por descontinuidades discursivas que revelam um deslocamento em relação ao modelo familiar hegemônico, o que direciona a emergência de discursos sobre novas configurações familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Familiares. Minorias Sexuais e de Gênero. Análise do Discurso.

**RESUMEN | INTRODUCCIÓN:** En este trabajo se analiza el discurso de jóvenes LGBT+, partiendo de la investigación de sus procesos de significación y considerando la problemática familiar de las minorías sexuales y de género en el contexto de las recientes transformaciones sociales y políticas que abren posibilidades para la formación de familias que se oponen a las concepciones tradicionales. **OBJETIVO:** Esta investigación tiene como objetivo analizar cómo se constituyen los discursos de jóvenes LGBT+ sobre la familia en un escenario en el que la prevalencia del modelo hegemónico heteronormativo se contrapone con la emergencia de nuevas formaciones familiares. **METODOLOGÍA:** Este estudio adopta una perspectiva cualitativa y genealógica como soporte teórico, con el fin de comprender históricamente cómo las instituciones y prácticas discursivas constituyen el concepto de familia. Para ello, se emplea el Análisis del Discurso desde la perspectiva de Foucault, que estudia los discursos como una práctica articulada relacionada con estructuras sociales e históricas. La recolección de datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas aplicadas a seis participantes, jóvenes entre 18 y 24 años, miembros de la comunidad LGBT+. **RESULTADOS:** Los hallazgos revelan un enfrentamiento entre los discursos tradicionales y heteronormativos sobre la familia, evidenciado por discontinuidades discursivas que indican un desplazamiento respecto al modelo familiar hegemónico y orientan la emergencia de discursos sobre nuevas configuraciones familiares.

**PALABRAS CLAVE:** Relaciones Familiares. Minorías Sexuales y de Género. Análisis del Discurso.



**ABSTRACT | INTRODUCTION:** This study analyzed the discourses of LGBT+ youth, starting with an investigation of their processes of signification and considering the family issues of sexual and gender minorities in the context of recent social and political transformations that open possibilities for families opposing traditional conceptions. **OBJECTIVE:** The objective of this research is to analyze how the discourses of LGBT+ youth about family are constituted in a context where the prevalence of the hegemonic heteronormative model is countered by the emergence of new family formations. **METHODOLOGY:** This study adopts a qualitative and genealogical theoretical perspective, seeking to understand historically how institutions and discursive practices constitute the concept of family. It employs Foucaultian Discourse Analysis, which examines discourse as an articulated practice connected to social and historical structures. Data collection was conducted through semi-structured interviews with six participants, all between 18 and 24 years old and members of the LGBT+ community. **RESULTS:** The findings reveal a conflict between traditional and heteronormative discourses on family, evidenced by discursive discontinuities that indicate a shift away from the hegemonic family model and toward the emergence of discourses on new family configurations.

**KEYWORDS:** Family Relations. Sexual and Gender Minorities. Discourse Analysis.

## Introdução

Neste artigo estudou-se os discursos de jovens LGBT+ sobre “família”, investigando processos de significação e a vivência familiar de minorias sexuais. Ainda observou o contexto das recentes transformações sociais e políticas no campo da conquista de direitos de minorias sexuais e de gênero que marcam uma abertura às possibilidades de famílias que se opõem à “família tradicional”. A idealização do trabalho partiu da consideração de que a palavra família, como conceito e objeto de discurso, existe de uma forma extremamente ativa na contemporaneidade, muitas vezes descrita como instituição social básica, é elemento constante no palco das discussões políticas, no qual se apresenta de formas distintas. É uma palavra que de um lado assume um lugar simbólico representativo de valores a serem preservados, onde se insere o “discurso em defesa da família”, ou “em defesa da família tradicional”. Este discurso, conforme [Bourdieu](#) (1996) relaciona-se à uma ideia de família em que esta é representada como fato natural ou universal, tratando-se na realidade, de um produto de um processo de construção social que é estruturado institucionalmente.

A definição de família também é objeto de críticas a respeito de sua construção e forma. A crítica ao conceito tradicional de família se desenvolve paralelamente a um período histórico de evolução de pautas sociais e de conquistas de direitos políticos por grupos minoritários. Segundo Adorno (2001, como citado em [Butler](#), 2015, p.13) “podemos dizer que as questões morais surgem quando as normas de comportamento deixam de ser autoevidentes e indiscutíveis na vida de uma comunidade”. Desta forma, a questão da família entra no palco das discussões morais, quando são evidenciadas novas possibilidades de constituições familiares.

Deste modo, o problema de pesquisa que orienta este artigo consiste em investigar como os discursos de jovens LGBT+ sobre família se constroem, considerando a problemática familiar de minorias sexuais e de gênero no cenário sócio-histórico onde a prevalência do modelo hegemônico heteronormativo é contraposta pela emergência de novas formações familiares. E da mesma forma, direcionar um olhar sobre a família como instituição que age na reprodução e manutenção de discursos fundamentalmente heteronormativos ([Mello](#), 2005).

A escolha de analisar o discurso específico de jovens, se dá pela consideração de que esta faixa etária, se insere em um contexto sócio discursivo particular, onde há maior abertura à novas constituições familiares. Partindo da hipótese de que estes sujeitos, estão mais próximos de novas percepções e representações sobre família. Desse modo, tornando possível analisar, ao mesmo tempo, como o modelo familiar heteronormativo hegemônico atravessa as subjetividades de minorias sexuais e de gênero, como as recentes transformações sociais impactam a experiência familiar desses sujeitos e como estes se percebem e representam a família.

## A família como problema de pesquisa: por que pensar família?

Pensando sobre a definição do conceito de família, tem-se jurisdição nacional, considerando que esta estabelece as bases normativas que moldam as configurações familiares. É válido considerar que essa é uma das diversas possibilidades de compreender o significado do termo. A [Constituição da República Federativa do Brasil](#) no art. 226 (2024) estabelece que:

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuito a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. (p.199)

Da mesma forma, em seu artigo nº 277, dispõe:

*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (p. 134)*

Aqui, a jurisprudência sublinha uma família que há muito é descrita como uma instituição social básica e primária, essencial para a formação dos sujeitos, tendo sido historicamente representada como um lugar de proteção, cuidado e promoção do bem-estar. [Minuchin](#) (1982) dispõe que a função da família atende a dois objetivos principais: um interno,

a proteção psicossocial de seus membros; e outro externo, a acomodação a uma cultura e transmissão dessa cultura. De forma semelhante, [Bourdieu](#) (1996) desenvolve que a família é uma categoria que ocorre como um princípio organizador da realidade, socialmente construído e incorporado pelos indivíduos de forma a estruturar sua percepção, sentido e prática na realidade social.

No entanto, continuamente emergem discursos a respeito de como a família está ameaçada, sobre como é preciso “defender a família e seus valores”, que se desenvolveram e fortaleceram no cenário político e social no Brasil nos últimos anos. Considerando a definição de família apresentada, cabe questionar: quais seriam os interesses em desestabilizar uma instituição cujo papel é assegurar o direito à vida, à saúde e à dignidade e garantir a proteção psicossocial de seus membros? A realidade é que “há muito a família passou a ser estudada como o espaço da violência, e outra história da principal instituição responsável pela socialização primária dos sujeitos sociais está sendo contada” ([Bento](#), 2017, p. 99).

O que tem sido exposto em estudos recentes é uma dimensão família, onde a negligência, o abuso e a violência são praticadas e legitimadas no espaço familiar, e mais do que isso: protegidas pela privacidade do ambiente doméstico. Conforme sustentado por [Minuchin](#) (1982) no desempenho do objetivo de acomodação e transmissão da cultura, a família renuncia a seu papel de proteção. A questão principal é que a família está instituída dentro de um recorte muito específico, estabelecido por um ordenamento de valores e normas que não dá conta de acomodar diferentes identidades. Para além disso, está onde não há espaço para aqueles que não se enquadram dentro deste recorte, sendo, então, acometidos pela violência em uma tentativa de assegurar a continuidade de uma ordem social. O que está em jogo é “uma disputa sobre as concepções de família, que de forma enviesada, termina por reforçar a família como ‘um valor’ e acaba empobrecendo outras possibilidades de construir relações afetivo-sexuais” ([Bento](#), 2017, p. 214).

## A problemática familiar LGBT+

Neste sentido, a população LGBT+, composta por sujeitos cujas orientações sexuais e identidades de gênero divergem das normas heteronormativas, situa-se em uma posição muito específica no que tange à experiência de construção e à manutenção de laços familiares, conforme elaborado por [Bento](#) (2017):

*A idealização da família a partir de divisões binárias das tarefas a partir das diferenças sexuais (ao homem a rua, à mulher o lar) e a imagem do lar como espaço de conforto espiritual, do lócus interdito aos conflitos e as disputas, são imagens idílicas que guardam pouca conexão com a realidade e que têm como função restringir a noção de família aos marcos da heterossexualidade. (p. 213)*

A experiência familiar de minorias sexuais e de gênero é marcada por um contexto em que muitas vezes o preconceito se articula como dispositivo de legitimação da violência, resultando na ruptura do vínculo e no afastamento entre jovens e seus familiares ([Perucchi et al., 2014](#)). Essa dinâmica pode ser analisada a partir do que [Butler](#) (2015) elabora como “violência ética”, conceito que dispõe sobre como a ética e os sistemas de regras morais podem se articular de forma violenta sob a pretensão de imposição de uma suposta universalidade coletiva.

Segundo [Butler](#) (2018), o sistema de sexo/gênero ocorre como um mecanismo social regulamentado, comandado por instituições sociais, como a família, e é inculcado pelas leis que estruturam o desenvolvimento psíquico individual. Conforme a autora, a criança internaliza as normas culturais sobre o que é aceitável ou não, em termos de sua manifestação de gênero e orientação sexual. Neste sentido, a violência atua como um mecanismo central de manutenção da normatividade, impondo-se de forma a silenciar conflitos e contradições, em busca de produzir uma unidade identitária fixa e imutável, desconsiderando a pluralidade das experiências subjetivas. Deste modo, pessoas LGBT+ tornam-se alvos dessa lógica pois encarnam formas de vida que tensionam os limites da norma, sendo, por isso, alvo de práticas de violência ([Faria et al., 2025](#)). Assim, “embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo” ([Weeks, 2000, p.36](#)).

O corpo e o comportamento sexual são uma preocupação filosófica e religiosa desde o século XIX. E o que era considerado instinto, uma sensação biológica, passou a ganhar outra conotação, a de uma construção social ([Weeks, 2000](#)). Desse modo, a sexualidade é atravessada por contornos morais, que tentam limitar e moldar as ações do sujeito, usando, para tanto, dispositivos de disciplina, segundo [Foucault](#) (1999). O nascimento da clínica médica foi um momento em que o controle dos corpos era conduzido a partir do que esse autor chamou de biopoder. É poder sobre o corpo, que valida, ou não, comportamentos e gera, na maioria das vezes, sofrimento.

[Mata et al. \(2017\)](#) destaca que ao tomar consciência de sua homossexualidade, o jovem, muitas vezes, enfrenta o temor de que essa orientação seja descoberta por seus familiares e pela sociedade. Consequentemente, em certos casos, optam pela negação de sua identidade, como forma de proteção. Quando os familiares tomam conhecimento da homossexualidade dos jovens, estes podem ser submetidos a pressões concretas por parte da família para se conformarem à norma sexual predominante. A coerção, tanto física quanto psicológica, é frequentemente utilizada com esse propósito. Como resultado, os jovens enfrentam angústias psicológicas, incertezas e medo. Para as minorias sexuais e de gênero, a busca da aceitação fora do espaço doméstico é comum, pois muitos abandonam ambientes restritivos para viver autenticamente ([Perucchi et al., 2014](#)).

No que concerne às relações familiares, ainda que no senso comum se considere que o espaço familiar seja de agregação de indivíduos, há nesta agregação a exigência de que a postura de seus membros seja compatível ao modelo hegemônico; sendo assim, se seus membros são considerados como desviantes a tais regras, a família passa a se dispor de mecanismos violentos, sejam estes físicos ou psicológicos, na tentativa de repreendê-los e enquadrá-los à norma ([Perucchi et al., 2014, p. 71](#)).

Na teoria de [Butler](#), o poder, pela imposição discursiva, age colocando aqueles a ele sujeitos em uma posição de melancolia, conforme desenvolve [Safatle](#) (2015):

*A força da submissão dos sujeitos, seja a identidades de gênero pensadas em uma matriz estável e insuperável, seja à própria forma geral da identidade, é indissociável dos usos da melancolia. O poder age produzindo em nós melancolia. Desta forma, a melancolia aparece como uma das múltiplas formas, mas a mais paralisante, de aceitar ser habitado por um discurso que, ao mesmo tempo, não é meu, mas me constitui. (p. 190)*

Podemos, então, compreender a relação entre identidades de minorias sexuais e de gênero e o ambiente familiar, como marcado por um sofrimento que diz respeito aos mecanismos de subjetivação e práticas discursivas estruturais operando contra a emergência de subjetividades dissidentes. Ao questionar as normas impostas pela instituição familiar, abre-se espaço para a afirmação das identidades dissidentes e a desconstrução dos padrões que historicamente limitaram os processos de subjetivação desses indivíduos.

### **Breve retrospecto sobre a família até o estado moderno**

Segundo [Escardó](#) (1964), o conceito de família não corresponde a uma instituição fixa. Ao longo da história, as formas e estruturas familiares se diversificaram consideravelmente, e na contemporaneidade, diferentes possibilidades de família coexistem, baseando-se em princípios que podem ser contraditórios e mutuamente inconciliáveis. Desta forma, para que seja possível compreender o pensamento sobre família, é importante entender a construção e evolução histórica deste conceito.

A palavra família teve muitos significados que se reestruturaram ao longo da história. Os estudos para realizar um retrospecto histórico do conceito de família são diversos. Embora este esforço tenha se mostrado desafiador, alguns autores nos fornecem informações que operam como bases teóricas fundamentais para este entendimento. Entre eles, Friedrich [Engels](#), no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2019).

Na análise proposta pelo autor, a origem etimológica da palavra família vem do latim *famulus*, que quer dizer escravo doméstico, a família estaria então inserida dentro das relações de dominação e poder. [Engels](#) estabelece uma perspectiva histórica, explorando a evolução da família desde o que ele se refere como estágios pré-históricos de cultura até a civilização. Os modelos primários de família são característicos dos estágios pré-históricos de cultura e marcados pelo matrimônio entre grupos e pela relação conjugal comunitária, sem limites proibitivos às relações sexuais entre os indivíduos.

Segundo essa abordagem, a transição das relações familiares comunitárias e do matrimônio por grupos ocorre gradativamente pelo fortalecimento e pela imposição da necessidade de transmissão de propriedade. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de riqueza, houve uma transformação nas relações familiares que envolveu a ascensão do patriarcado, com a paternidade tornando-se o elemento central na determinação da linhagem e herança. Esse sistema contribuiu para a instituição da monogamia, com a ideia de propriedade privada sendo estendida à família. A transição para a família na forma como se compreende na modernidade tem como marco histórico o século XVIII e a instituição da sociedade capitalista.

### **A família moderna**

Conforme desenvolvido por [Foucault](#) (1999), a proveniência da instituição familiar moderna, a família burguesa, remonta ao período de transição das sociedades feudais para o capitalismo, que abarca o período entre os séculos XVI e XVIII. Com a substituição do modelo de produção, as instituições que o sustentavam também sofreram transformações. A partir disso, tem-se o surgimento da família burguesa, instituição comprometida com a manutenção da ordem social capitalista.

A estrutura da família burguesa é composta por marido, mulher e filhos, essa forma também é referenciada como família conjugal. Um dos principais pontos de diferenciação, na família burguesa, em relação ao período feudal, é a prevalência da distinção e valorização da vida privada em relação à vida pública. No contexto de precariedade, que marca a gênese do capitalismo e formação dos grandes centros urbanos, há a formação de um discurso higienista, no qual o mundo externo era retratado como um lugar de insegurança, perigo, sordidez e imoralidade.

Essa mudança tem impactos em como se desenvolvem as relações sociais, a unidade familiar homem-mulher-filhos, e o próprio espaço no qual ela se estabelece, a casa, assumem um lugar de suma importância. O espaço doméstico passa a representar a proteção ao mundo externo, caótico e desordenado. Nessa estrutura, com a prevalência do vínculo conjugal monogâmico, a própria sexualidade é, sob os valores da moral burguesa, limitada, reduz-se a sexualidade ao casal heterossexual. De acordo com [Foucault](#) (1999):

*A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma. [...] No espaço social, como no coração da moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. (p. 9-10)*

Deste modo, a sexualidade gradualmente se centra no interior da família. Os pais e cônjuges desempenham um papel central na gestão do sexo. A família torna-se um lócus exclusivo da manifestação de amor e da sexualidade. O ambiente familiar passa a ser representado como lugar de proteção afeto e cuidado ([Foucault](#), 1999). Estas percepções estruturam os valores e os discursos produzidos sobre a família que operam até a contemporaneidade. Desta forma, conforme [Mello](#) (2005), os valores desta família moderna,

até recentemente, ocupava um lugar de universalidade. Este retrospecto é relevante para a compreensão da constituição histórica e social da estrutura familiar moderna e das funções sociais que a família assume e desempenha no contexto de sua formação.

### Aspectos históricos da família tradicional brasileira

Na historiografia brasileira, o tema família percorre um longo caminho e, embora inevitavelmente influenciado pelo contexto macro das transformações sociais ocidentais, contém uma série de especificidades. Diante disso, alguns autores contribuem para o entendimento da historicidade da família no contexto brasileiro. [Samara](#) (2002) discorre sobre a tipologia da família com ênfase no poder e nas bases patriarcais da sociedade brasileira em estudos e produções influenciados pela obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*.

[Samara](#) (2002) traz que a família brasileira foi moldada por diversos fatores que envolvem o poder pátrio colonial e a influência da sociedade portuguesa. No entanto, destacando implicações étnicas, sociais, econômicas e de gênero muito específicas que evidenciam estruturas singulares que não correspondem exatamente ao modelo colonial. Considerando, por exemplo, o impacto da escravidão africana e os processos de miscigenação racial que caracteriza o país<sup>1</sup>. É importante destacar que o esquema familiar referente aos moldes senhoriais de poder e dominação, com a prevalência da figura do patriarca detentor de terras, diz respeito a um modelo familiar que corresponde a um recorte específico: a família burguesa e branca<sup>2</sup>.

A partir disso, tem-se uma perspectiva das bases da construção da família no Brasil, o que permite compreender historicamente as mudanças socioeconômicas e culturais, bem como a produção de correntes de pensamento que acompanham estas mudanças e operaram na estruturação da tradição familiar brasileira. Conforme [Azzi](#) (1987), na transição entre monarquia e república no Brasil, a família

<sup>1</sup>É importante destacar que “inicialmente estas relações aconteciam de formas violentas entre homens brancos e mulheres negras fruto das relações dos portugueses com mulheres escravizadas” ([Schucman](#), 2018, p. 37).

<sup>2</sup>Aqui, cabe sublinhar que o presente trabalho se propõe a analisar a família a partir das questões relativas às identidades LGBTQ+. No entanto é importante considerar que o modelo familiar tradicional aqui descrito, corresponde à família burguesa e branca, cujos moldes e valores, através de práticas e discursos racistas são investidos e valorizados como um ideal de referência ([Schucman](#), 2018, p. 37). Em relação à população negra e pobre, por exemplo, a família se constitui segundo moldes específicos, sendo, em maioria, monoparentais e chefiadas por mulheres negras ([Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada](#) - IPEA, 2011).

patriarcal de caráter rural foi gradativamente substituída pela família urbana, de caráter burguês ou proletário. Essa transformação foi influenciada por quatro principais linhas de pensamento: católico, positivista, liberal e o comunista. Nesse texto, será dado destaque às três primeiras, que foram, segundo [Azzi \(1987\)](#), os que mais tiveram prevalência na produção de um pensamento sobre a família como instituição social.

O pensamento católico teve grande prevalência da tradição histórica brasileira. Foi sustentado em princípios reacionários em oposição às mudanças sociais, baseados na moral religiosa, no controle sexual, na divisão de papéis de gênero, no ideal de uma ordem social conservadora e de forma mais explícita, na imposição de limites ao papel da mulher na sociedade. O que restringiu a existência dela para dentro dos muros do ambiente familiar ([Azzi, 1987](#)).

[Azzi \(1987\)](#) destaca que a instituição católica, continuamente, entalhou um modelo de família, tipicamente hierarquizado, onde o homem, marido e pai é detentor de um lugar de liderança como chefe da unidade familiar, no qual cabe a ele fornecer sustento financeiro. A mulher, esposa e mãe assume aspectos de submissão e fidelidade ao homem. E aos filhos cabe a obediência aos pais. Neste modelo estabeleceu-se, portanto, uma separação explícita entre os papéis de gênero na dinâmica familiar.

Outro elemento prevalente no discurso católico é o da moral sexual, e da conseqüente mortificação do corpo. O plano teórico da doutrina sexual e familiar, expressa na catequese oficial da igreja, possui como característica estrutural a limitação da energia sexual onde o espaço reduzido em que a vida familiar e a sexualidade são permitidas inclui a monogamia, o casamento na forma da igreja, as relações heterossexuais dentro deste casamento, paralelamente ao absolutismo da proibição mortal de práticas sexuais incestuosas, solitárias e homossexuais ([Azzi, 1987](#)).

O pensamento positivista também desempenha um papel relevante na estruturação do modelo familiar e, da mesma forma, reforça a divisão dos papéis de gênero e da limitação das funções sociais da mulher. No entanto, faz isso por meio de um discurso pretensamente científico, que atribuiria a restrição da mulher à atividade doméstica a uma suposta “natureza feminina”, ligada às práticas do cuidado ([Azzi, 1987](#)). Segundo essa perspectiva, existem duas esferas básicas da atividade humana: a família e a sociedade. Assim, sob os ideais positivistas de ordem social, a dinâmica familiar se estabelece, portanto, cabendo à mulher a manutenção da ordem no ambiente doméstico e, por consequência, a efetividade do trabalho do homem na manutenção da ordem social no espaço público.

Estas duas correntes de pensamento se desenvolvem como um movimento reacionário, em oposição ao pensamento liberal, conforme desenvolve [Azzi \(1987\)](#) no período que marca a transição entre monarquia e república, a sociedade patriarcal escravocrata latifundiária entra em uma progressiva desagregação. O pensamento liberal, por sua vez, se opõe aos ideais católicos e positivistas, os descrevendo como autoritários e retrógrados. Em síntese, a rigidez moral da educação católica era vista pelos liberais como um instrumento de enfraquecimento da própria convivência familiar ([Azzi, 1987](#)).

Portanto, percebe-se que as principais linhas de pensamento que fortalecem e reestruturam os valores da instituição familiar brasileira, que prevalecem na sociedade contemporânea, se estruturam em uma dinâmica reacionária. Conforme se estabelece progressivamente uma abertura a novos formatos nas relações sociais e familiares, há, em contrapartida, o fortalecimento de valores e de discursos que buscam defender e recuperar uma realidade anterior.

## Os movimentos sociais e o advento das novas configurações familiares

De acordo com [Gomes](#) (2021), os movimentos sociais ligados a direitos sociais, onde se insere o movimento feminista, por exemplo, emergiram em diferentes países no final da década de 60 e foram uma contribuição significativa ao movimento LGBTQ+. Grandes avanços foram feitos durante esse período. No Brasil, no final dos anos de 1990, esse movimento se articulou de forma a obter um amplo conjunto de arranjos no que tange à sua organização e dinâmica interna.

O movimento feminista encabeça uma transformação nas dinâmicas sociais de gênero, ao questionar o discurso hegemônico em relação ao papel da mulher, e a naturalização do feminino aos lugares maternais e domésticos. Da mesma forma, o movimento de gays e lésbicas, questionam as práticas discursivas que enquadram a homossexualidade como algo anormal ou imoral ([Woodward](#), 2000).

O surgimento destes movimentos sociais resultou em uma transformação da realidade ocidental, e a família como instituição social reflexo e agente estruturante da ordem social, foi, a partir do século XX, atravessada por profundas mudanças. De acordo com [Mello](#) (2005, p. 28), “as críticas aos imperativos absolutos da monogamia, da coabitação, da indissolubilidade, da exclusividade, da complementaridade e da compulsória reprodução biológica, ganharam a arena política.”

É estabelecido um contexto de conflito no campo discursivo, as práticas normativas, as instituições, os modos de ser e de se relacionar são progressivamente desafiados. Estas mudanças inserem a redefinição dos papéis de gênero, a abertura à multiplicidade nas relações afetivo-sexuais e proporcionam uma intensa transformação nas representações sociais de família ([Mello](#), 2005).

A crítica dos movimentos sociais conseguiu explicitar que a família, muitas vezes, é um espaço dramático de violências e conflitos diante da predominância de estruturas hierárquicas e desiguais. Esse intenso processo de motilidade nas correntes de pensamento e no campo discurso, inevitavelmente,

direciona transformações no campo jurídico e consequentemente, a gradual conquista de direitos por grupos minoritários.

Dessa forma, a virada do século XX ao XXI é marcada pela ocupação da demanda pelos direitos da população LGBTQ+ no campo político em diferentes países. Conforme [Nagamine](#) (2019), no período entre o final dos anos 1990 até a metade nos anos 2000, discutiram-se nesses países temas como a descriminalização da sodomia, a regularização das relações conjugais de casais formados por pessoas do mesmo sexo, a parentalidade de gays e lésbicas e o acesso a procedimentos como a cirurgia de afirmação de gênero.

No Brasil, instâncias judiciais e políticas debatem os direitos sucessórios de companheiros do mesmo sexo em relação estável, os direitos de parentalidade de pais sobre filhos biológicos em casos de disputa de guarda e a discriminação por orientação sexual em casos de adoção individual ou conjunta ([Nagamine](#), 2019). A propostas do reconhecimento jurídico do vínculo matrimonial entre pessoas do mesmo sexo e a reivindicação do direito a liberdade sexual, a partir da inserção de uma política contra a descriminalização por orientação sexual, tornam-se símbolo principal do movimento de gays e lésbicas.

No entanto, conforme elaborado por [Mello](#) (2005), diante dessas novas configurações matrimoniais e familiares, surge um forte movimento reacionário, geralmente fundado em bases religiosas, e sobre a premissa discursiva de defesa da família “verdadeiramente legítima”. Esse movimento se fortalece politicamente, principalmente por influência de instituições religiosas, e promove a manutenção e permanência de valores da estrutura “tradicional” de família. Tudo isso entrava no processo dessas propostas jurídicas e sua efetiva instituição legal.

O casamento homoafetivo somente se tornou uma realidade quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em 2011 a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Além disso, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento.



Todas essas conquistas são fruto de luta política e de um longo processo de enfrentamento por parte dos movimentos sociais. A conquista de direitos e marcos legais desempenha um papel fundamental na construção de novas formas de vida para grupos marginalizados, como a população LGBTQ+. Ao assegurar direitos parentais, como a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo a legislação contribui para a construção de novos modelos familiares, o que desafia normas tradicionais (Mello, 2005).

Os marcos legais não são apenas instrumentos jurídicos, mas também catalisadores de mudanças culturais. Eles sinalizam o reconhecimento oficial da diversidade e validam as identidades da população LGBTQ+. Esses avanços jurídicos desempenham um papel crucial na criação de um ambiente propício para a afirmação plena da comunidade LGBTQ+. Diante do que exposto, o objetivo geral deste estudo foi analisar o discurso de jovens LGBTQ+ sobre o termo "Família".

## Objetivo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como os discursos de jovens LGBTQ+ sobre a família se constituem no cenário onde a prevalência do modelo hegemônico heteronormativo é contraposta pela emergência de novas formações familiares.

## Metodologia

O presente estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se preocupa com os aspectos não quantificáveis da realidade, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Além disso, tem enfoque na variedade de interpretações e representações da realidade social (Bauer & Gaskell, 2008).

## Participantes

Os sujeitos da pesquisa foram seis jovens entre 18 e 24 anos de idade. Este número foi estimado pelo fato dessa pesquisa ter sido realizada na ocasião do Trabalho de Conclusão de Curso do primeiro autor deste artigo. Para a definição da faixa etária dos participantes foi utilizado a definição da Organização Mundial de Saúde, que circunscreve o período de juventude dos 15 aos 24 anos de idade (Ministério da Saúde, 2007), entretanto, por motivos práticos optou-se por considerar sujeitos maiores de idade. Os participantes foram recrutados através de busca ativa nas redes sociais, como Instagram e WhatsApp, a partir de uma publicação nessas redes contendo o convite para fazer parte da pesquisa. Para efeitos éticos, utilizou-se, durante a pesquisa, nomes fictícios para os entrevistados. Os critérios de inclusão utilizados foram: a) se identificar como mulher, homem ou pessoa não binária; b) ser gay, lésbica, bissexual, assexual ou heterossexual; c) ser sujeito cisgênero ou transgênero; d) ser jovem entre 18 e 24 anos; e) ser brasileiro, natural de Boa Vista – RR. Já os critérios de exclusão foram: a) ser cisgênero heterossexual; b) ter menos de 18 anos ou mais de 24 anos de idade; c) não ter naturalidade brasileira, não ser natural de Boa Vista – RR.

## Instrumento

O instrumento utilizado para realização da coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, que significa uma conversa entre entrevistador e entrevistado. Minayo (2014) define entrevista como uma conversa com finalidade, entre dois ou mais interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes a despeito de um objeto de pesquisa. Por meio da entrevista, podem ser obtidos dados que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. São informações ao nível mais profundo da realidade que os cientistas sociais costumam denominar "subjetivos" (Minayo, 2014, p. 108).

A condução das entrevistas foi feita presencialmente, a partir de um roteiro digital previamente elaborado. As respostas foram registradas em documento digital no notebook do entrevistador, sem uso de gravação de áudio, respeitando a confidencialidade dos participantes. Os dados foram armazenados exclusivamente neste dispositivo, protegido por senha, e não foram compartilhados em nenhum meio externo. Após a finalização da pesquisa e a submissão do artigo, os registros serão excluídos de forma segura. Ressalta-se que não houve exposição de nomes ou quaisquer informações pessoais dos participantes, garantindo o anonimato e a integridade das informações.

### Procedimento de coleta de dados

Após a aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Roraima - CEP/UFRR, com número do Certificado de Apresentação e Apreciação Ética - CAEE 78155524.5.0000.5302, conforme as resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa foi iniciada com a realização das entrevistas. Estas aconteceram presencialmente no Serviço de Atenção Psicológica da UFRR - SAP/UFRR, local reservado, climatizado, sem interferências de ruídos e interrupções de outras pessoas, em dia e horário acordados entre pesquisador assistente e o sujeito da pesquisa. A entrevista teve como pergunta norteadora: O que você entende por família? A realização da entrevista ocorreu após o sujeito que se dispôs a participar da pesquisa ter tido ciência e compreensão dos objetivos do estudo. Para tanto, alguns preceitos éticos foram rigorosamente respeitados como a proteção do anonimato, não sendo divulgado o nome do sujeito da pesquisa; o resguardo do uso abusivo do poder pelo pesquisador, tendo o pesquisado o direito de não responder uma determinada pergunta e/ou solicitar que uma determinada resposta não seja publicada; e o consentimento informado, que foi o acordo firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde consta os objetivos da pesquisa.

### Procedimento de análise de dados

Os dados da pesquisa foram analisados a partir do conceito de Análise de Discurso na perspectiva de Michel Foucault. A Análise do Discurso (AD) é um campo de estudo interdisciplinar que se debruça sobre a linguagem em uso, especialmente considerando o contexto social, político e histórico em que os discursos são produzidos. Não se limitando a uma análise gramatical convencional, mas examinando como os discursos contribuem para a produção de significados. Ela investiga não apenas as estruturas linguísticas, mas também os processos sociais que moldam a linguagem (Mussalim, 2012). A escolha pela análise de discurso como modo de compreensão das narrativas é pelo fato de ter como base epistemológica o pós-estruturalismo, que instaura uma teoria da desconstrução na análise literária, liberando o texto para uma pluralidade de sentidos, sendo a realidade uma construção social e subjetiva. O propósito dessa análise, diante da orientação sexual, é tomar um distanciamento em relação à sexualidade, contornar seu caráter familiar e analisar o contexto ao qual ela é associada (Foucault, 1999).

### Resultados e discussão

Os resultados deste estudo foram sistematizados em três categorias de análise, sendo as principais: família "oficial" e família "ideal", havendo uma terceira categoria que diz respeito às descontinuidades nos discursos sobre família e estabelece uma interlocução entre as anteriores. Ambas emergiram de maneira orgânica a partir dos dados obtidos e evidenciam as experiências subjetivas dos participantes, notadamente no que tange à relação entre suas sexualidades e/ou identidades de gênero e suas vivências familiares.

## A família “oficial”

A família “oficial” como categoria emerge como uma realidade quase inevitável que aparece para se referir a uma coisa muito específica: as pessoas que estão institucionalmente reconhecidas como família, ou seja, mãe, pai, irmãos etc. (Azzi, 1987). A definição desta categoria de análise se constitui a partir da observação de que, a palavra família, quando evocada, remete repetidamente a esta coisa muito específica: um núcleo familiar institucionalmente reconhecido. Isso é percebido na fala dos entrevistados quando questionados sobre o que acham que família significa para a sociedade: “Acredito que é mais definido por sangue mesmo, laços sanguíneos” (Joana); “Daquele modo de família tradicional, pai mãe e filhos” (Nara); “Como um padrão: como se família fosse apenas sangue, um homem, mulher e filhos” (Gustavo).

Foucault (1996) dispõe sobre a existência de procedimentos de delimitação do discurso, onde discorre a despeito de um exercício de práticas, que retomam as estruturas em direção à fixação do discurso. Tomando esta lógica em consideração, quando uma palavra família é evocada pelos entrevistados, ela emerge repetidamente em referência a um recorte muito específico. Desta forma, a família e o que se diz sobre ela, está enquadrado dentro de um ordenamento discursivo profundamente enraizado. A partir desta consideração, tomemos aqui a fala de um dos entrevistados quando questionado sobre o que entende como família: “Família é um grupo de pessoas com ou sem laços sanguíneos que estão ali para te manter vivo, antes de mais nada, para que tu possas um dia criar autonomia” (Daniel).

Nesta fala, tem-se um ponto de diferenciação que se dá pelo fato de que o sangue não aparece enquanto elemento determinante. No entanto, encontra-se presente o reconhecimento da função familiar dentro da organização sócio-histórica em que a fala emerge. A família dentro do ordenamento social capitalista é descrita repetidamente como instituição social fundamental que garante a sobrevivência dos corpos (Foucault, 1999). E é, ao mesmo tempo objeto e sujeito de ação dos mecanismos de controle social, que garantem a manutenção deste sistema.

Ela está institucionalizada no maquinismo burocrático do estado. Por exemplo, em qualquer ambiente em que o sujeito esteja inserido, para além do espaço domiciliar, seja na escola, no hospital, no posto de saúde, são os dados familiares: nome da mãe, pai, entre outros, que o identificam.

Diante disso, na efetivação dessa função social, no interior da família se insere uma estrutura fundamentalmente heteronormativa que estabelece a divisão dos papéis de gênero no espaço familiar. Nele, o homem, marido e pai, é detentor de um lugar de liderança como chefe da unidade familiar, no qual o cabe fornecer sustento financeiro, enquanto a mulher, esposa e mãe, assume aspectos de submissão e fidelidade ao homem, assim como a competência ao cuidado do lar, procriação e educação dos filhos (Azzi, 1987). Quando questionado sobre os elementos essenciais que compõem uma família, um entrevistado dispõe:

*Acho que os elementos essenciais são as hierarquias, tem que ter alguém que é responsável, sempre vai ter alguém que é responsável pela subsistência da casa, alguém que é responsável pela manutenção dessa família, acho que esses são os elementos essenciais.*  
(Daniel)

Aqui, a fala do entrevistado faz referência a elementos constitutivos que podem ser relacionados ao modelo de família que se constitui enquanto instituição social disciplinar<sup>3</sup>, onde a hierarquia tem um papel fundamental. A família, segundo Foucault (1999), absorve esquemas externos, onde há uma figura superior, uma autoridade, que garante a subsistência e exerce controle sobre os demais membros. Esta organização tem como função a manutenção e preservação da instituição. Conforme discutido pelo autor, as disciplinas criam espaços complexos, ao mesmo tempo funcionais e hierárquicos. Diante disso, na família que opera como instrumento de governo, marcado por valores heteronormativos, esse lugar de autoridade privilegiado ao exercício do poder diante dos outros é muito bem delimitado: compete ao pai de família, que enuncia a dimensão patriarcal deste esquema familiar (Foucault, 1999).

<sup>3</sup>Segundo Foucault (1977), a “disciplina” se identifica como um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, alvos; sendo ela uma “anatomia” do poder, uma “tecnologia”, direcionada ao controle espacial e temporal dos corpos.

Deste modo, entende-se a posição de sujeitos LGBT+ diante do conceito de família a partir do atravessamento violento que a família instituída no discurso “hegemônico” tem sobre a experiência destes sujeitos. Neste sentido, Samara, quando questionada sobre como acredita que sua sexualidade e identidade de gênero afetam sua percepção de família, comunica:

*Acho que influencia negativamente, sobre a família tradicional: eu não acho que as famílias sabem lidar com isso, nem todas sabem lidar com isso, e a gente não tem como saber qual família vai saber lidar ou não. No contexto que a gente vive, a gente nunca sabe o que esperar nem da nossa própria família, então a gente vive com “medo”, a gente vive com esse receio de não ser bem aceito, ou então de nunca saber como vai ser algo, vive sempre nesse campo da imaginação.*

Aqui, a entrevistada expõe como sua vivência enquanto LGBT+ constrói uma percepção sobre família, marcada pelo receio, medo e insegurança diante das possíveis repercussões das famílias tradicionais ao ter de lidar com questões de identidade de gênero e orientação sexual dissidentes, onde a expectativa de rejeição é prevalente. A despeito disso, a fala de outro sujeito de pesquisa, ao discorrer sobre a mesma pergunta, comunica a necessidade de produção de espaços de maneira a preservar a diversidade e proporcionar um ambiente verdadeiramente seguro e acolhedor para as subjetividades LGBT+:

*Quando você se assume, é meio diferente, nem todo mundo gosta tanto assim, então pode acabar sendo meio recluso, então acaba que você percebe que pessoas de fora, amigos, acabam sendo mais como uma família, do que sua própria família, então acredito que possa ter influenciado a forma que eu vejo família, e também, não só a minha experiência, a experiência de muitas pessoas que tem que sair de casa e que são “cortadas” totalmente da família e acabam tendo que encontrar família em outro lugar, que não é sanguíneo. (Joana)*

Nos termos de Foucault (2012), o trecho reflete a maneira como as posições de sujeito e as relações de poder moldam a experiência e a definição de família. Neste caso, a rejeição da família biológica representa a operação de um poder normativo que exclui o sujeito LGBT+.

Ao versar sobre novas formas de família ou em uma família contemporânea, é essencial reconhecer que a família é uma construção discursiva e histórica específica que se situa e configura dentro de limites estruturais. Quando questionados sobre família, é dentro desse enquadre que os discursos se debruçam, retomando-o repetidamente em suas falas. No entanto, em termos de análise, nos compete apreender as posições de sujeito diante dessas formações estruturais. Foucault (2012) desenvolve que há uma suposta regularidade nos discursos que só se encontra aparente, através de uma série de investimentos e práticas que operam através de diferentes instituições sociais que direcionam em função de uma continuidade, no entanto, toma atenção para o fato de que os discursos devem ser assimilados como práticas descontínuas.

### **(Des)continuidades no discurso sobre família**

Reconhecer a existência de procedimentos de delimitação e fixação do discurso, não significa dizer que o que está fixado é intransponível. Guattari e Rolnik (2007) nos impulsionam a compreender o conceito de estrutura desenvolvido por Foucault, a partir de uma perspectiva onde essa é vista como o limite de conhecimento sobre uma coisa, sendo essa a condição para a evolução. No entanto, para empreender esta análise de maneira adequada, primeiro é necessário compreender que há um desnivelamento entre discursos, os discursos não ocorrem de maneira harmônica, “competem incessantemente entre si em uma disputa desigual; há os discursos que se dizem no correr dos dias e das trocas e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala” (Foucault, 1996, p. 22). Tomando isto em consideração, é possível analisar a seguinte fala diante da pergunta a despeito de como a entrevistada acredita que a sociedade define e percebe família, ela discorre:

*Eu acho que elas percebem como se fosse uma coisa importante na vida das pessoas, como se fosse algo essencial. Acho que dão importância demais para isso, acho que definem como se fosse a coisa mais importante do mundo. (Samara)*

Aqui a entrevistada se posiciona como sujeito dentro do discurso, destacando uma visão subjetiva que desafia a valorização das normativas sobre família.

Ela enuncia uma fala que revela uma posição diante de uma sociedade que mantém um regime discursivo que coloca a “família”, segundo os termos da entrevistada, em um lugar de “demasiada importância”. Pensar as subjetividades LGBTQ+ em sua relação com o conceito de “família” deste modo, é buscar justamente entender as posições de sujeito diante da família enquanto instituição social. Tomando essa disposição, recorro aqui um dos princípios dos discursos segundo Foucault (1996), o princípio da “aleatoriedade”, que dispõe sobre a necessidade de pensar o discurso como acontecimento aleatório, deste modo, questionando os mecanismos e procedimentos que buscam uma delimitação.

Durante as entrevistas, observou-se que a existência de um discurso sobre família não descreve algo dado ou fixo, mas marcam uma possibilidade desejada, pela qual o sujeito fala. Esses discursos refletem como o sujeito se posiciona em relação a família enquanto instituição social, à qual se encontra submetido, expressando um desejo por uma nova forma de relacionamento que desafia as normas estabelecidas e fixadas. Conforme desenvolvido por Butler (2015):

*O corpo é um fenômeno social: ele está exposto aos outros, é vulnerável por definição. Sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para sobreviver, o corpo tem de contar com o que está fora dele; Ele não é, contudo, uma mera superfície na qual são inscritos significados sociais, mas sim o que sofre, usufrui e responde à exterioridade do mundo, uma exterioridade que define sua disposição, sua passividade e atividade. (p. 58)*

As falas dos entrevistados não apenas descrevem uma realidade, mas também articulam novas possibilidades. Um dos entrevistados, diante do questionamento sobre como sua sexualidade e identidade de gênero afeta sua percepção sobre família desenvolve: “Influencia diretamente porque eu, sentindo atração por outros homens, biologicamente eu não posso ter uma família, mas eu sinto vontade de ter uma família, com afeto, conexão e com respeito” (Gustavo).

Versar sobre o desnivelamento entre discursos implica em reconhecer que a emergência de novos atos de fala está inevitavelmente sujeita à prevalência de determinados discursos, excessivamente investidos,

como o discurso biológico, que fixa a família nos marcos da heterossexualidade em sua função reprodutiva (Foucault, 1996). Aqui, a fala do entrevistado exhibe, nos termos do autor, uma interdição, onde a biologia supostamente o exclui e encerra sua possibilidade de constituição familiar. Sabe-se que a repetição incessante do discurso biológico ocorre de forma a perpetuar preconceitos e fixar à família dentro dos marcos da matriz heterossexual. No entanto, a realidade contemporânea evidencia condições de possibilidade para além destes limites, seja através de tecnologias de reprodução assistida, adoção ou do reconhecimento de constituições familiares que não se fundamentam na descendência e filiação.

São esses discursos, imbuídos de elementos aspiracionais, que constituem a próxima categoria de análise, na qual há a enunciação de uma família, fundamentada em valores distintos. Os enunciados não se limitam à mera descrição de uma situação existente; eles projetam uma intencionalidade, marcada pela transformação e ampliação dos laços familiares, na qual há a possibilidade de inclusão e acomodação de subjetividades dissidentes, em contraponto às limitações impostas pela sociedade hegemônica.

### **A família “ideal”**

A terceira e última categoria de análise, aqui nomeada como família ideal, refere-se às representações que emergem no campo do desejo e da resistência subjetiva frente às imposições normativas da família tradicional. Diante dos deslocamentos do discurso oficial, esta categoria evidencia um movimento discursivo que não apenas contesta os modelos hegemônicos de família, mas propõe outras possibilidades familiares, centradas em valores como afeto e respeito. Nesse sentido, a palavra “ideal” não diz respeito a uma realidade inalcançável, mas a um horizonte simbólico em meio ao sofrimento, à exclusão e à busca por reconhecimento. Em síntese, ao mesmo tempo em que há uma inevitável menção às estruturas nas falas dos entrevistados, há a emergência da palavra família nos discursos, não para se referir à instituição social concreta e objetiva, mas para se referir à novos valores e ideias. Isto é evidenciado na fala da entrevistada quando questionada sobre os elementos essenciais em uma família, Samara afirma:

*Eu acho que deveria ser respeito, acho que principalmente respeito, para as pessoas terem uma boa convivência, respeito acho que é o principal, acho que nem precisa mais de muita coisa. Claro, romanticamente falando, o amor, respeito e amor. (Samara)*

Aqui, a fala revela um deslocamento discursivo, ao direcionar o sentido de família ao que esta “deveria ser”, evidencia-se, portanto, o que ela não é para o sujeito. O enunciado transmite, negativamente, o distanciamento da família como um espaço de respeito e boa convivência, ao mesmo tempo em que fala em defesa do reconhecimento de uma família marcada por estes valores centrados no respeito. O que aparece posteriormente à interdição, é a intencionalidade de constituir uma família, segundo os valores que ela mesmo descreve, diante da pergunta a despeito dos elementos essenciais que compõem uma família, outro entrevistado desenvolve: “Amor, respeito, conexão, o amor porque para mim existem várias formas de amar” (Gustavo).

O que interessa pensar, em termos de análise, diz respeito à uma reconfiguração possível da experiência familiar LGBTQ+. Ao articular a definição de família centrada no respeito e no afeto o sujeito reivindica uma concepção que rompe com os limites normativos e hierárquicos impostos pela matriz heterossexual, evidenciando como a família pode sim ser um espaço legítimo de acolhimento, reconhecimento e pertencimento para sujeitos LGBTQ+, desde que sua definição se desloque para além dos marcos rígidos da heteronormatividade, que institui a família como um locus de legitimação de violências. Quando questionado sobre o que ele entende por família, tem-se a seguinte fala por parte do entrevistado: “Família é qualquer pessoa capaz de se comunicar com você e te enxergar como uma pessoa singular, subjetiva e te respeitar, pessoas diferentes, um amigo, outra pessoa” (Gustavo).

Na fala anterior, Gustavo comunica o desejo de constituir uma família justamente dentro deste prisma, do respeito e das várias formas de amar. Ele expressa uma concepção em que o que determina família é a presença de comunicação, reconhecimento e respeito, em contraste às definições tradicionais, marcadas por laços sanguíneos, por exemplo. A fala do entrevistado revela a expressão de um desejo que aqui se apresenta como uma contraposição, uma inversão,

nos termos de Foucault (1996), que se direciona a uma possibilidade, uma nova ótica também presente nas falas de outros entrevistados, que, diante da mesma pergunta, dizem: “Um local confortável, pessoas que te aceitem, pessoas que te apoiem” (Ruan); “Laços, não necessariamente sanguíneos, como também de carinho e amor, independente de sangue, laços afetivos” (Joana).

As enunciações aqui destacam elementos fundamentais a despeito de família, revelando um discurso que propõe justamente o reconhecimento e acomodação de corpos, desejos e expressões identitárias que se encontram interditas por formações históricas. Diante disso, acredito que é necessário apreender estas falas, considerando a realidade factual prevalente na relação entre identidades LGBTQ+ e a instituição familiar, na qual há a constituição de modelos familiares distintos da norma.

A necessidade de encontrar uma nova forma de família entre amigos e outras pessoas, fora de casa, ilustra a resistência e a reconfiguração dos laços afetivos e familiares (Bento, 2017). Portanto, os discursos, em certa medida, parecem comunicar uma necessidade de empreender uma busca de mecanismos de resistência diante do sofrimento, abandono e anseio de pertencimento. Nesse contexto, a resistência é processo ativo de redefinição e afirmação de si mesmo e do lugar no mundo. Deste modo, retomo aqui a fala de Gustavo quando questionado sobre o que entende por família: “Família é qualquer pessoa capaz de se comunicar com você e te enxergar como uma pessoa singular, subjetiva e te respeitar, pessoas diferentes, um amigo, outra pessoa”.

Essa fala, conforme Foucault (1996), reflete uma posição diante de um discurso que visa uma reconfiguração discursiva em que o sujeito LGBTQ+ articula novas formas de entender e vivenciar as relações familiares. Essas novas possibilidades desafiam a normativa vigente. Portanto, há a enunciação de um discurso que busca reivindicar a legitimidade de alternativas às formas tradicionais de organização familiar. Tais enunciações compreendem processos e mecanismos de resistência essenciais para superar as barreiras impostas pela família tradicional e criar espaços de acolhimento, conjugalidade e afetividade, para além dos limites estabelecidos pelo discurso hegemônico.

## Considerações finais

A análise dos discursos dos jovens LGBT+ empreendida no presente trabalho revela a complexidade das relações entre as subjetividades e as instituições sociais. Em suma, há a definição de duas grandes categorias nas enunciações sobre família obtidas durante as entrevistas, que aqui foram analisadas a partir da seguinte disposição: uma “família” sobre a qual se fala e uma “família” pela qual se fala.

Em um primeiro momento, há uma prevalência das falas dos entrevistados que evidenciam a concepção tradicional de família, centrada em laços sanguíneos e hierarquias (Azzi, 1987). Essa concepção é analisada sob a ótica de mecanismos de controle e delimitação que visam a produção de uma “regularidade” discursiva e da sua fixação no maquinismo burocrático do estado, que é aqui apreendida a partir dos mecanismos de governo e controle social (Foucault, 2012). A emergência de discursos que desafiam essa “regularidade” artificialmente produzida, parte do reconhecimento das descontinuidades discursivas e do papel dos sujeitos em suas posições específicas, que tem sua marca nas incompatibilidades entre diferentes enunciados dentro de um mesmo discurso (Foucault, 1996).

A partir disso, há em um segundo momento a aparição de enunciados direcionados às formas de relacionamento familiar baseadas em valores distintos, como respeito, amor e conexão afetiva, independentemente de vínculos biológicos, aqui analisadas sob a ótica de posições de sujeito diante dos discursos hegemônicos (Foucault, 1996). A categorização dos discursos em “família ideal” destaca uma intencionalidade, coletivamente exposta nos discursos analisados dos jovens LGBT+ por um ambiente familiar inclusivo e acolhedor, que respeite suas identidades e desejos. Isso reflete o embate constante por espaços onde possam se sentir seguros e aceitos, longe das ameaças de rejeição e discriminação que muitas vezes enfrentam nas famílias tradicionais (Perucchi et al., 2014).

As novas configurações familiares aparecem enunciadas a partir de valores e princípios que emergem como uma afirmação de um sentido de família, que diante do atravessamento violento que o esquema

heteronormativo tem sobre as subjetividades LGBT+, se constitui segundo uma ótica própria. Neste contexto, os conceitos de Foucault (1996), são cruciais para entender como as estruturas sociais e os saberes produzidos discursivamente por elas delimitam o que pode ser reconhecido como legítimo e verdadeiro. No entanto, como indicado por Guattari e Rolnik (2007) essas estruturas não são intransponíveis; elas são o ponto de partida para a evolução e a transformação dos discursos. Assim, os jovens entrevistados não apenas descrevem suas experiências, mas articulam novas possibilidades de existência de esquemas familiares.

Por fim, tomando o objetivo geral deste trabalho, de analisar os discursos de jovens LGBT+ sobre família, tem-se que, nos discursos analisados, as enunciações são permeadas por uma disputa contínua entre os atos novos de fala que comunicam um desejo de mudança e a tenacidade das formações discursivas. Conforme Foucault (1996), o problema não está em mudar a consciência das pessoas, mas em provocar alterações ao regime de produção da verdade. Em relação às limitações deste estudo, acredito que se dá principalmente, pela necessidade de considerar outras dimensões sociais, como os recortes de raça e classe. Acredito que em estudos posteriores, esses recortes podem ser determinantes para explicitar as especificidades de diferentes grupos e sujeitos.

Diante dos resultados desta pesquisa, torna-se imprescindível pensar em ações práticas que enfremtem os efeitos da exclusão e da violência vivenciadas por jovens LGBT+ no contexto familiar. Em termos de políticas públicas, é fundamental utilizar produções científicas para amparar e consolidar programas que garantam apoio psicossocial às vítimas de violência familiar e campanhas de conscientização voltadas à população em geral. No campo educacional, recomenda-se a integração de conteúdos nos currículos escolares, bem como a capacitação de docentes a fim de combater o preconceito e discriminação. Na saúde, é necessário que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) promovam atendimentos humanizados à população LGBT+, com a inclusão da temática nos processos de formação e educação permanente de profissionais. Por fim, sugere-se que pesquisas futuras considerem também os atravessamentos de diferentes marcadores sociais nas experiências familiares de sujeitos LGBT+.

## Contribuições dos autores

Os autores declararam ter feito contribuições substanciais ao trabalho em termos da concepção ou desenho da pesquisa; da aquisição, análise ou interpretação de dados para o trabalho; e da redação ou revisão crítica de conteúdo intelectual relevante. Todos os autores aprovaram a versão final a ser publicada e concordaram em assumir a responsabilidade pública por todos os aspectos do estudo.

## Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

## Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



## Referências

- Azzi, R. (1987). Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950): um enfoque histórico. *Síntese*, 14(41), 87-109. <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1908>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2008). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (7ª ed.). Vozes
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26037>
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação* [R. Costa, Trad.]. Papirus.
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo: crítica à violência ética*. Autêntica.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (3ª ed.). Civilização Brasileira.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (2024). Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação. <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>
- Engels, F. (2019). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Boitempo.
- Escardó, F. (1964). *La anatomía de la familia* [A anatomia da família] (5ª ed.). El Ateneo.
- Faria, M. A., Gomes, M. C. A., & Modena, C. M. (2025). Estratégias de enfrentamento diante das violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 33(1). <https://doi.org/10.1590/1414-462X202433010538>
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (24ª ed.). Loyola.
- Foucault, M. (1999). *A história da sexualidade I: a vontade de saber* (13ª ed.). Edições Graal.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber* (8ª ed.). Forense Universitária.
- Gomes, R. (2021). Participação dos movimentos sociais na saúde de gays e lésbicas: um ensaio sobre enquadramento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(6), 2291-2300. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.21972019>
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2007). *Cartografias do desejo* (4ª ed.). Vozes.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2011). *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (4ª ed.). <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/18439b3a-83a2-4388-b320-614c38aa7320>
- Mata, N. D. S., Silva, M. H., Domingos, S. R. F., Jesus, M. C. P., & Merighi, M. A. B. (2017). Adolescentes homossexuais e suas relações com familiares: um estudo fenomenológico. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 16(4), 409-419. <https://doi.org/10.17665/1676-4285.20175845>



- Mello, L. (2005). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Garamond.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.
- Ministério da Saúde. (2007). *Marco legal: saúde, um direito de adolescentes* (Série A. Normas e Manuais Técnicos). [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07\\_0400\\_M.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf)
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Artes Médicas.
- Mussalim, F. (2012). Análise do discurso. In F. Mussalim & A. C. Bentes (Orgs.), *Introdução à linguística: domínios e fronteiras* (Vol. 2, pp. 113–165). Cortez.
- Nagamine, R. R. V. K. (2019). Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000–2016). *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, (31), 28–56. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.03.a>
- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(1), 67–76. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009>
- Safatle, V. P. (2015). Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In J. Butler, *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (Posfácio). Autêntica.
- Samara, E. M. (2002). O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicologia USP*, 13(2), 27–48. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200004>
- Schucman, L. V. (2018). *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. EDUFBA.
- Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 35–82). Autêntica
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (9ª ed., pp. 7–72). Vozes.